

Vencer o Atlântico e ascender socialmente: os minhotos na Bahia (século XVII)

*Overcoming the Atlantic and Rising Socially: the Minho People in Bahia
(17th Century)*

Maria Marta Lobo de Araújo
Universidade do Minho
Lab2PT/IN2PAST
<https://orcid.org/0000-0002-6199-8033>
martalobo@ics.uminho.pt

Recibido: 13/10/2023; Revisado: 12/12/2023; Aceptado: 30/01/2024

Resumo

Neste trabalho analisamos a trajetória dos homens que saíram de Ponte de Lima, no Norte de Portugal, e rumaram à Bahia, a capital da colónia sul-americana, atravessando e fazendo vida no outro lado do Atlântico, servindo-nos de fontes manuscritas existentes no arquivo da Misericórdia local, as quais analisamos qualitativamente. Com percursos de vida muito semelhantes, embora com várias diferenças, estes homens alcançaram o que desejaram, protagonizando um percurso de ascensão social, feito de trabalho e de redes profissionais e de confiança. Vencido o Atlântico e alcançado o sucesso, perspetivaram a distribuição do seu património, beneficiando familiares, amigos e pobres.

Palavras-chave: Migração, Bahia, Atlântico, promoção social, morte.

Abstract

In this paper we analyse the trajectory of men who left Ponte de Lima, in the north of Portugal, and headed for Bahia, the capital of the South American colony, crossing and making a life on the other side of the Atlantic, manuscript sources from the local *Misericórdia* archive, which we have analysed qualitatively. With very similar life journeys, although with several differences, these men achieved what they wanted, leading a path of social ascent, made up of work and professional networks and trust. Once they had crossed the Atlantic and achieved success, they planned to distribute their wealth distribution of their wealth, benefiting family, friends and the poor.

Keywords: Migration, Bahia, Atlantic, Social Promotion, Death.

1. INTRODUÇÃO

Estudar as migrações constitui um grande desafio devido à complexidade da temática. Apesar disso, e tendo em conta que a mesma se mantém muito atual, faz sentido recuar no tempo e conhecer os sentidos migratórios encetados pelos portugueses na Idade Moderna, assim como os seus percursos de mobilidade e ascensão social. Presente nos nossos dias, esta realidade não apenas não nos pode deixar indiferentes, como nos convoca para uma reflexão e um conhecimento mais profundo sobre os movimentos migratórios portugueses do arco temporal mencionado. Os processos de mobilidade fazem parte da história de muitos povos e, no caso português, trata-se nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho de uma «constante estrutural» (GODINHO, 1978: 15). Interessa, por conseguinte, conhecê-los, analisá-los, compará-los e integrá-los nos contextos de partida e de receção, perscrutar caminhos nos locais de acolhimento e compreender o regresso temporário ou permanente dos que saíram. No fundo, conhecer o sentido que tomaram as vidas dos que deixaram a sua terra natal e as transformações conhecidas com a passagem pelo novo mundo. Este é, por conseguinte, o objetivo do nosso estudo: analisar percursos de ascensão social dos migrantes minhotos no Brasil seiscentista, tendo como âncora a cidade da Bahia.

Portugal encontrou na emigração uma forma de crescimento, mas também uma razão para tentar resolver alguns dos seus problemas. A relação dos portugueses com os mares é longínqua e permanente. Relações de comércio encontram testemunhos desde tempos remotos, demonstrando as ligações efetuadas no Mediterrâneo. Com o Atlântico, buscam-se na Idade Média afinidades com o Norte da Europa, ao mesmo tempo que permanecem as interações no Mediterrâneo. É, todavia, desde os finais da Idade Média e o alvorecer da Idade Moderna que se intensificam as viagens marítimas no Atlântico, originando um caminho longo de experiências por parte dos marinheiros portugueses neste oceano, que os catapulta para o encontro com novos mares, pessoas, costumes e credos, originando grande conhecimento e muitas trocas. E será com base nesse conhecimento que se intensificaram as viagens, por onde circularam pessoas, bens e serviços, mas também por onde se desenvolveram projetos pessoais, familiares, grupais e comunitários.

A travessia dos oceanos sempre se colocou como um desafio para os portugueses, que mantiveram desde cedo uma relação direta e prolongada com o Atlântico, mar com muitos ventos e correntes, mas que eles aprenderam a dominar, não somente com a experiência acumulada, mas também com instrumentos náuticos, barcos e conhecimento.

Pela importância de que se foi revestindo, o Brasil constituiu um lugar de atração sobretudo a partir do momento em que o Oriente se tornou menos promissor e era imperioso encontrar alternativas que resolvessem os problemas existentes.

Procuramos neste trabalho analisar as oportunidades para resolver as dificuldades persistentes, demonstrando como a emigração dos habitantes do Minho buscava esse sentido e se inseriu numa história global, que envolveu três

continentes: Europa, África e América. Terra repartida em pequenas e quase exíguas parcelas, esta província não oferecia condições para uma população tão numerosa, enquanto o Brasil pelo seu significado económico e por representar uma viagem menos longa e perigosa que o longínquo Oriente, onde a situação já não se apresentava tão promissora no período em análise, levou sobretudo os homens a atravessar o Atlântico, procurando a realização de projetos pessoais e familiares. Todavia, nem sempre os conseguiram concretizar. Segundo Jorge Alves, dos que partiram teriam apenas regressado entre 40 a 50%, e destes apenas 5% regressaram muito ricos. Os restantes 15% vieram pouco ricos e 20% pobres (ALVES, 1993: 199-200).

Este caudal de homens foi engrossando à medida que o Brasil se tornou mais atrativo e cresciam as dificuldades no reino, nomeadamente com a união ibérica, a perseguição da Inquisição, maus anos agrícolas e epidemias, o que agravava as condições de sobrevivência.

Esta temática tem servido de objeto de estudo a muitos investigadores (historiadores, sociólogos e antropólogos) dentro e fora das academias, principalmente a partir da década de setenta do século xx. Fruto desse trabalho, a análise tem-se aprofundado e diversificado. Se inicialmente o estudo era efetuado de forma transversal, mais recentemente evidenciou-se uma alteração profunda com os trabalhos de Jorge Alves, Alexandra Esteves, José Abílio Coelho, Odete Ramos, Sofia Fernandes, entre outros.

2. METODOLOGIA E FONTES

Durante muito tempo, os estudos da emigração para o Brasil sublinharam o Entre Douro e Minho como lugar de partida e inseriam esta dinâmica num contexto lato de necessidade de sair para fugir à pobreza. As análises centravam-se de forma destacada nas razões que motivaram a partida, nas condições de receção e no volume dos que fizeram a travessia (GODINHO, 1978: 18-29; SERRÃO, 1982: 34-48; SCOTT, 2012). Assim vista, esta análise não privilegiou os percursos individuais, nem registou dinâmicas pessoais e familiares. Mais recentemente, a historiografia portuguesa sobre esta temática deu a conhecer um conjunto de trabalhos, muitos deles resultantes de análises feitas em campos laterais, como os da Assistência ou da Inquisição, centrados em trajetórias individuais, o que permitiu lançar um novo olhar sobre percursos e dinâmicas até então desconhecidos (FERNANDES, 2016: 66-77; MARQUES, 2018: 67-85; SANTOS, 2020: 280-294). Nas duas margens do Atlântico, esta nova forma de análise privilegiou e cruzou outras fontes, que para a Idade Moderna valorizaram arquivos até então tidos em menor consideração. Reportamo-nos a fundos camarários, de Misericórdias e de várias instituições religiosas. Ao mesmo tempo, a correspondência foi também tida em consideração, nomeadamente a existente para o SÉCULO XVIII. Neste sentido, entendemos que o debate historiográfico tem conhecido alguns desenvolvimentos, pese embora continuar a existir um vasto campo aberto para novas abordagens sobre as migrações atlânticas.

O nosso estudo procurar resgatar a memória dessa emigração para o Brasil, seguindo casos de sucesso aí estabelecidos e não regressados, mas que deixaram fontes que nos possibilitam analisar pedaços das suas vidas. Fazemo-lo com recurso aos seus testamentos e ainda a outra documentação existente no arquivo da Misericórdia da Bahia, nomeadamente livros de tombos, onde se encontram várias notas dos irmãos e escrituras efetuadas, assim como testamentos, procurando através de uma análise qualitativa seguir os passos das suas vidas, nomeadamente as atividades a que se entregaram, as relações que construíram, e a forma como perspetivaram a morte no momento da despedida da vida terrena, ocasião para repartir patrimónios e dividir poderes. Integrando um riquíssimo espólio para o estudo das migrações e da assistência, as fontes trabalhadas são pouco conhecidas e possibilitam aceder a vários aspetos das vidas dos homens em análise, mas igualmente pedaços da história local e da história global. Os dois livros estudados contêm dezenas de testamentos de outros emigrantes portugueses do SÉCULO XVII, bem como outros documentos de grande valia.

O nosso trabalho insere-se na historiografia mais recente, produzida nos dois lados do Atlântico, e toma como exemplo a vida de dois desses homens. De entre os muitos habitantes de Ponte de Lima que se encontravam na Bahia na Idade Moderna, selecionamos dois pelas razões que abaixo se explicam.

3. OS QUE PARTIRAM

Foram muitos os que deixaram a terra natal, embora para o período em estudo não se conheçam os números exatos. Existem dados aproximados, mas num tempo em que a estatística não existia em Portugal, as informações produzidas para além de não serem unânimes, contêm imprecisões.

É consensual que o mais robusto caudal migratório português para o Brasil saiu do Minho, conhecendo a maior expressão na Idade Moderna e na Contemporânea (RUSSEL-WOOD, 1998:115; CARDOSO, 2021:3). Todavia, estudos recentes, assentes em fontes inquisitoriais, demonstram não somente a dificuldade de encontrar fontes para todo o território ocupado em seiscentos, como apontam para a Estremadura, designadamente Lisboa, como também um lugar de envio de colonos, o que até então não tem sido considerado. Realça-se ainda a fraca presença de colonos no Brasil, quando comparada com o envio de população por parte de outras potências europeias para territórios americanos (CARDOSO, 2022: 4-7, 15-16).

Falamos de uma emigração masculina, embora saibamos que algumas mulheres também foram para a colónia sul americana, todavia, em número muito reduzido na Idade Moderna. Este panorama alterou-se em oitocentos, quando os homens, depois de instalados, chamavam as suas mulheres e filhos, ou a família partia junta.

A sobrelotação populacional, a fuga à fome e à miséria, a pequenez da propriedade, a ocupação intensiva dos solos, a instabilidade climática, os maus anos agrícolas, as epidemias, a possibilidade de uma herança não igualitária e

a fuga ao serviço militar foram motivos muito ponderosos. A estes agregaram-se outros de natureza diversa: a governação filipina, a perseguição aos cristãos novos movida pela Inquisição, as notícias do «el dourado», o ímpeto de uma vida melhor, o testemunho dos regressados ricos, o investimento na emigração de familiares, os legados e o domínio da língua constituíram igualmente fatores importantes na decisão da partida. Não esquecemos também as estratégias familiares de enviar alguns dos seus filhos para o Brasil, antes de serem recrutados para o serviço militar, com a esperança de que venceriam e alcançariam uma vida melhor (ALVES, 2001:113-118). Há ainda que considerar a proximidade do nordeste brasileiro. O Atlântico constituía uma dificuldade, mas os portugueses estavam habituados a vencer as fronteiras marítimas, a sulcá-lo para levar e trazer produtos, nomeadamente o açúcar, o pau brasil, o cacau e a mandioca.

Safam muito jovens (RODRIGUES, 2007: 378), por vezes, acompanhados de irmãos ou de outros familiares, de vizinhos ou de conhecidos (ARAÚJO, 2022: 114-118). Houve também quem solitariamente deixasse o torrão natal. Quase todos tinham alguém conhecido do outro lado do Atlântico, a quem recorriam na receção e na integração, sobretudo nos primeiros tempos (ALVES, 1993: 278-288). Estas redes que se acionavam no momento da chegada, nem sempre funcionavam como se esperava, pelo que convinha diversificar os apoios na colónia sul americana, terra imensa e igualmente potenciadora de grandes dificuldades.

As cartas que chegavam, assim como a presença física dos que regressavam ricos, faziam acreditar em enriquecimentos rápidos e bem-sucedidos, o que correspondia somente a um leque muito pequeno dos que partiram. Os relatos das dificuldades sentidas e vividas eram reais e faziam parte de uma grossa fatia dos emigrantes (SILVA, 2013:148-149).

De entre os minhotos que deixaram marcas enquanto irmãos de primeira e segunda condição e como benfeitores na Misericórdia da Bahia, escolhemos os naturais de Ponte de Lima, por termos tido acesso aos seus testamentos, mas também pela sua representatividade entre os que deixaram a sua terra natal (CARDOSO, 2022: 17). Na impossibilidade de estudarmos todos, partimos de uma pesquisa efetuada no importante fundo documental da Misericórdia de Bahia e selecionamos dois casos.¹ As informações recolhidas são relevantes para uma melhor caracterização da população emigrada, assim como dos mecanismos escolhidos para a sua integração e promoção social. Integrar a Misericórdia da cidade capital da colónia era uma marca incisiva da ascensão social protagonizada, um sinal de bem-estar e de posses, que só alguns puderam alcançar. É, no entanto, necessário sublinhar que aos diferentes níveis de riqueza e poder acumulados correspondia o lugar ocupado na referida instituição. Só alguns ascenderam à condição de nobres, os restantes entraram e permaneceram na condição de oficiais. A abordagem através dos benfeitores constitui outra possibilidade de conhecer os que partiram jovens para o Brasil e lá decidiram morrer.

Alguns estudos mais recentes provam que muitos migrantes que escolheram o Brasil para mudarem de vida, protagonizaram relevantes desvios do caminho

¹ Agradeço ao Doutor Augusto Fagundes o levantamento das fontes na Misericórdia da Bahia.

traçado se continuassem na metrópole. A mudança vivida e a mobilidade social alcançada possibilitaram aceder a patamares de poder não somente de instituições sociais, como foram as Misericórdias, mas também lugares do mando nas instituições religiosas, como se verificou nas confrarias, Ordens Terceiras e no Tribunal do Santo Ofício (MARQUES, 2018: 57). As Câmaras constituíam igualmente espaços de poder, acessíveis apenas a alguns. Em várias dessas instituições, tonaram-se muito conhecidos e famosos, alcançaram os lugares do mando e criaram instituições, nomeadamente para o sexo feminino, como foram os recolhimentos para mulheres (GANDELMAN, 2005: 149-150). Os homens que estudamos não percorreram todos esses caminhos, mas escolheram a Santa Casa para beneficiar pobres e, dessa forma, aplanar o caminho da salvação.

Como referimos, analisamos o percurso de dois homens naturais de Ponte de Lima que viveram e morreram no SÉCULO XVII: João da Costa e Francisco Fernandes Gondim, ambos com ramificações familiares na região, fazendo prever que não teriam ido sós, nem se encontravam isolados em termos familiares. João da Costa tinha na região da Bahia um irmão, chamado Jorge da Costa. A escolha da cidade da Bahia e da sua região para viver e desenvolver as suas atividades económicas não teria sido feita ao acaso. A capital da colónia sul americana encontrava-se à época em franco desenvolvimento, quer em termos económicos, quer em termos populacionais, oferecendo boas condições para os que chegavam e se instalavam (MARQUES, 2016: 18-20). A forma como foi sendo perspetivada atraía sobretudo os que saíam da metrópole e que na colónia encontravam um espaço de realização pessoal.

A escolha destes homens recaiu em alguns critérios que equacionamos: viverem na região e na cidade da Bahia, efetuarem os seus testamentos na década de trinta de seiscentos, serem homens casados, sem filhos (ARAÚJO, 1997: 272), residentes em locais diferentes, mas relativamente próximos, e com profissões distintas, serem benfeitores da Santa Casa local e terem-na escolhido para repartir parte do seu património com os pobres. Ou seja, homens com perfis semelhantes, embora com percursos de vida diferentes, mas em contextos próximos, factos que permitiram uma análise comparativa.

4. OS TESTADORES EM ANÁLISE

De entre os testamentos que possuímos dos ponte-limianos que partiram para a colónia sul americana, selecionamos dois pelos motivos já aduzidos. O estudo dos testamentos possibilita analisar a distribuição dos patrimónios e, ao mesmo tempo, de poderes. Todavia, vai muito mais longe do que o que se podia prever. Os testamentos estudados são também uma fonte importante para aspetos geopolíticos, diretamente relacionados com a invasão dos holandeses, através da Companhia das Índias Ocidentais, ao nordeste brasileiro e em concreto à cidade da Bahia e ao seu entorno, que atacou igualmente o território angolano, devido à importância do comércio de escravos. Os habitantes da região da Bahia fazem

eco da ocupação, deixando informação sobre os constrangimentos advindos da situação e evidenciando preocupações com o futuro (SCHWARTZ, 1979:45-67). Na documentação consultada existem testemunhos das ações bélicas, da destruição causada em termos materiais, entre colheitas e património edificado, e sobretudo do temor sentido pelos colonos, que recebiam pela sua própria vida. A ocupação holandesa pôs à prova os equilíbrios dos poderes estabelecidos, originando desequilíbrios, violência e guerra, bem como desordem (WOLF, 2001:19-20), num sistema assente em determinados pressupostos de poder.

João Costa aludiu a problemas políticos, quando a propósito da morte, recordou a presença de povos considerados inimigos junto a Pernambuco, ou seja, relativamente perto da sua residência, no Rio Vermelho, no termo da cidade da Bahia, o que lhe causava desconforto e medo. As várias incursões feitas pelos holandeses no período não podiam deixar de atormentar os moradores e sobretudo os que possuíam alguns bens. Mas esta não foi a única menção aos invasores holandeses. A propósito de uma dívida que tinha, recordou a apropriação de uma pipa de vinho da ilha da Madeira por parte dos ocupantes.² Como em todas as guerras, pessoas e bens são alvos preferenciais, pelas possibilidades que oferecem aos ocupantes. Para além do roubo, a destruição, a doença e a morte constituem também marcas assinaláveis destes conflitos.

Ocupada em 1624 e liberta em 1625, a cidade da Bahia conheceu o embate dos holandeses, facto que chamou a atenção para a relevância da colónia sul americana portuguesa no contexto político ibérico (MARQUES, 2011: 121-146), devido à riqueza da cidade e à sua importância geopolítica. Apesar de a cidade só ter sido ocupada durante um ano, os reflexos da presença dos holandeses são evidentes na memória escrita deste emigrante. Já Pernambuco, região igualmente produtora de açúcar, e depois outras capitânias permaneceram na mão dos inimigos, até 1654, quando foram derrotados pelo exército dos senhores locais (PUNTONI, 2004: 255-267). População que se tinha retirado da cidade para as suas roças e engenhos e armou homens dos seus bolsos para combater os ocupantes.

A grande instabilidade política e militar que João da Costa evidenciava e sobre a qual expressava preocupação acabou por lhe ser fatal. Quando em 1632 fez o seu codicilo estava doente, deitado numa cama, em perigo de vida, devido a um ferimento, causado por um florete ou espada, que nesse dia lhe tinham desferido.³ Desconhecemos quem o atacou, mas a instabilidade e a desorganização existentes faziam prever estas e outras situações.

Muito relevante em termos económicos, devido principalmente à riqueza açucareira, esta região brasileira recebeu muitos imigrantes, que se ocuparam na produção de muitos outros produtos, nomeadamente tabaco e mandioca, o que fez prosperar a cidade, os seus habitantes e as suas instituições, assumindo um lugar relevante em termos de comércio nacional e internacional. Pelo porto da Bahia passavam os barcos que integravam a carreira da Índia (KRAUSSE, 2015: 56-59), levando entre outros produtos, o açúcar (FERNÁNDEZ CHAVES, 2022: 108), enquanto as ruas cresciam em lojas e em produtos que chegavam do exterior. Entre os vários

2 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Bahia [ASCMB], Livro nº 41, ff. 49-50.

3 ASCMB, Livro nº 41, f. 52v.

produtos que se transacionavam contam-se as farinhas, a mandioca, mas também vinho, tecidos e outros. O vinho que era consumido no Brasil, não ia somente da ilha da Madeira, era também embarcado nas Canárias, ilhas atlânticas que pela sua situação geoestratégica mantiveram uma importante ligação comercial com o Brasil no período filipino (ALVAREZ SANTOS, 2012:1066-1073) e contribuíram para diversas dinâmicas atlânticas, de que se destacam os eixos económicos, sociais e institucionais (ALVAREZ SANTOS, 2019: 79-102).

Na hora de fazer o balanço da vida e de a deixar arrumada, os dois homens em estudo cumpriram o que deles se esperava na época, preparando uma boa morte, com a redação do testamento (ARAÚJO, 1997: 183). Ambos sabiam ler e escrever e eram detentores de fortunas, embora tivessem também algumas dívidas por saldar, o que não se estranha se tivermos em consideração as suas atividades profissionais.

Desconhecemos quando partiram de Ponte de Lima, mas o facto de efetuarem testamento na década de trinta, João da Costa em 1630, e o codicilo em 1632, quando já estava enfermo, e Francisco Fernandes Gondim em 1637, aponta para partidas em datas aproximadas, provavelmente idades próximas, vivências comuns, embora com percursos de vida distintos.

As carências da metrópole, marcadas pela falta de cereais e pela subida do seu preço, colocando a vida das populações em sofrimento, as perseguições movidas pelo Santo Ofício, os vários surtos epidémicos com rebates em várias cidades e vilas, que atacavam todos, mas principalmente os mais pobres e desnutridos (OLIVEIRA, 2015: 602-611) e a asfixia política a que Portugal esteve sujeito durante a União Ibérica podem ajudar a explicar o aumento de número de saídas para o Brasil na primeira metade do SÉCULO XVII. A falta de receitas conduziu a uma subida impressionante de impostos, que a população não podia pagar, originando um descontentamento generalizado e protagonizado por vários grupos sociais (OLIVEIRA, 2015: 1401-1421).

Como referimos, João da Costa residia no Rio Vermelho, termo da cidade da Bahia, era lavrador, embora também vendesse o açúcar que produzia. O solo da região reunia condições para o cultivo desta planta, ao que se associava a existência de vários rios, fornecedores de água para os engenhos, ao mesmo tempo que alimentavam a circulação de produtos (SCHWARTZ, 1998: 214). Tinha uma fazenda avaliada por si em três mil cruzados, embora não soubesse com exatidão o valor da propriedade, podendo este ser superior, uma roça e animais, bem como escravos e criados, tudo alcançado pelo seu trabalho, como afirmou. Para além desta propriedade, possuía na cidade umas casas, onde residia quando tinha assuntos a tratar na Bahia. O facto de mencionar roupa da roça e roupa da cidade demonstra que tinha pelo menos duas moradas e que as usava de acordo com as suas necessidades. Já Francisco Fernandes Gondim morava na Bahia, era comerciante de vários produtos e tinha relações de negócio com Portugal, Angola, Perú e Rio da Prata. Possuía loja aberta onde vendia linhas, panos de burel, bombazina, e outros aviamentos. Também ele era detentor de escravos. Este último homem construiu uma rede de relações nas duas margens do Atlântico provando que no SÉCULO XVII este mar se sulcava com relativa facilidade.

Importava lã do Perú, comprava ornatos para imagens religiosas em Lisboa, burel em Viana da Foz do Lima e no Porto, expedía açúcar para Lisboa, Viana e Porto, assim como outros bens para Angola, alimentando um intenso comércio de que resultavam interessantes lucros (CARDOSO, 2021: 5-7). A União Ibérica facilitou não somente a instalação de portugueses em territórios espanhóis da América do Sul, como potenciou relações comerciais entre colonos do Brasil e essas localidades. A presença de portugueses no Perú encontra-se já documentada para o período em estudo. E se muitos andavam envolvidos em atividades ligadas ao mar, trabalhando como mestres ou pilotos, outros mantinham com a cidade de Lima interessantes possibilidades de negócios (SULLÓN BARRETO, 2023: 2-3). Francisco Fernandes Gondim vendia ainda mandioca e farinha de «Jueira». Atuava em várias frentes e com produtos diversificados. No seu negócio envolveu três continentes e muitas pessoas, o que atesta o seu dinamismo e uma gestão cuidada dos dinheiros. Quando preparou a morte e fez o testamento registou várias dívidas que tinha e outras que lhe deviam, fruto do negócio. Acrescentou ainda algumas demandas. Para que os testamenteiros pudessem agir com segurança, indicou-lhes os livros que os ajudariam na orientação dos assuntos. Para além do «livro grande» onde tudo se achava escrito, existiam ainda outros livros que já não estavam em uso, mas que auxiliariam, em caso de necessidade. A preocupação de orientar os seus testamenteiros é evidente e atesta um homem cuidadoso, que dispunha de vários registos e que os indicava para facilitar a tarefa dos que escolheu para prover as suas últimas vontades. Era também dono de vários imóveis.

Enquanto o primeiro se envolveu na agricultura e na criação de gado,⁴ de onde tirava o seu sustento e gerava riqueza, o segundo criou redes internacionais de comércio, alongou os horizontes e diversificou os seus negócios, desenvolvendo e criando relações com várias pessoas, e conhecimentos alargados, principalmente na área comercial, interagindo com grande proximidade e confiança (TILLY, 2004: 4-5). Estranhámos que não tenha sido irmão da Santa Casa da Bahia, mas nomeou-a no seu testamento, beneficiando-a com bens, mas sabemos que nela tinha conhecimentos: António Pereira Soares, escrivão desta confraria, foi seu testamenteiro, conjuntamente com João Fernandes Vieira, seu parente. Confiava muito nestes homens, mas sobretudo em António Pereira Soares, a quem deixou 20 mil réis, mas, como afirmou, se mais tivesse, mais o beneficiaria,⁵ o que demonstra o capital de confiança que nele depositava. Já João da Costa deixou 11 mil réis ao seu testamenteiro.

Os dois homens em estudo lidavam com dinheiro e serviam-se dele. João da Costa emprestava dinheiro a juro e Francisco Fernandes Gondim também, mas usava-o principalmente no seu negócio. Quando não lhe podiam pagar, recebia objetos de prata como penhores. Ambos viviam rodeados de vários luxos: móveis para uso doméstico, como bufetes, roupa pessoal e de casa, de bons tecidos, objetos de prata,⁶ quase tudo comprado no reino ou ido de outros continentes. Ambos eram também servidos por escravos. João da Costa enumera 14 escravos:

4 ASCMB, Livro nº 41, ff. 41-50.

5 ASCMB, Livro nº 41, f. 136.

6 ASCMB, Livro nº 41, f. 50.

9 mulheres e 5 homens, empregues no trabalho da lavoura e o mercador alguns, não definindo o seu número, servindo-o no serviço doméstico e na sua profissão.

A abordagem que tem sido efetuada a estes homens que partiram da metrópole para a colónia sul-americana não tem conferido ênfase aos luxos e ao conforto de que se rodeavam nas casas grandes, desde logo por objetos de bons materiais, móveis de madeiras resistentes, roupas de bons tecidos, quase sempre importados, e cercados de escravos e índios. Eram ainda vidas difíceis, feitas com muito trabalho e, por vezes, em condições muito complicadas, e nem sempre isentas de conflitos. Entre as dificuldades e o conforto material, que alguns conseguiram, o poder que alcançaram foi também muito importante para as suas vidas pessoais. O capital financeiro e social atingido possibilitou-lhes aceder a lugares de poder em instituições locais ou nacionais, mas igualmente viver cercados de escravos e índios, amigos e familiares (ARAÚJO, 2022: 76-111).

Percebe-se também que ambos os homens se envolviam em vários negócios: João da Costa na criação de gado, na produção e comercialização de açúcar e no empréstimo de dinheiro, enquanto Francisco Fernandes Gondim no comércio de vários produtos, abarcando três continentes, na venda de produtos e na aceitação de penhores, quando não havia dinheiro para lhe pagar o que vendia.⁷ O crescimento da cidade da Bahia em seiscentos fez aumentar o número de mercadores existentes, pelo que se tornou uma profissão muito procurada pelos emigrantes portugueses (KRAUSSE, 2015: 114). O comércio de longa distância atesta o dinamismo da economia local, associada à produção alimentar, mas também às alterações comerciais (SAMPAIO, 2006: 73-96).

Ambos os testadores demonstraram iguais preocupações no momento de preparar a morte. Encomendaram a sua alma à Corte Celestial, tarefa que João da Costa pediu para ser repartida com a Virgem Maria e com São João Evangelista, santo do seu nome, a quem pediu que advogassem a sua causa (VOVELLE, 1993: 171-173). Os dois solicitaram ser amortalhados com o hábito de São Francisco, por acreditarem dispensar mais indulgências e ser mais útil para a salvação das suas almas, pagando montantes diferentes pelos hábitos: Francisco Fernandes Gondim desembolsou seis mil réis e João da Costa pagou 10 mil réis pelo referido hábito e por mais outro, pois requereu dois. Esta prática era seguida por algumas pessoas, sobretudo pelas que dispunham de capital para os pagar (GONZÁLEZ LOPO, 1989: 272; FERRAZ, 2016: 115-116). O lugar de sepultura escolhido foi diferente. Enquanto João da Costa selecionou o mosteiro de São Francisco, Francisco Fernandes Gondim preferiu o mosteiro de São Bento, apesar de ser terceiro franciscano. A implantação das ordens religiosas no Brasil foi ritmada e esteve muito ligada ao avanço da colonização (BOSCHI, 1998: 390-391). Pese embora as diferenças, ambos preferiram a última morada em instituições religiosas, locais onde sabiam decorrer cerimónias religiosas com regularidade que podiam auxiliar as respetivas almas. Ser sepultado num mosteiro exigia posses económicas e contribuía para recordar o seu nome localmente. Os dois homens requereram a presença de várias confrarias para os seus cortejos fúnebres, chamando o universo confraternal local

⁷ ASCMB, Livro nº 41, f.137.

para os acompanhar. João da Costa selecionou as confrarias de São Gonçalo, a quem mandou dar 2.000 réis, a de Nossa Senhora da Paz, a de Nossa Senhora do Rosário, dos brancos, designação utilizada para a diferenciar da dos negros, a dos Oficiais de Deus, a de Santa Luzia e a de Nossa Senhora da Ajuda, deixando a cada uma destas 4.000 réis. À de S. João Batista, mandou entregar 5.000 réis. A do Santíssimo Sacramento foi contemplada com a maior dádiva, recebendo 8.000 réis. Solicitou ainda que os religiosos de Nossa Senhora do Carmo o acompanhassem e celebrassem um ofício de corpo presente, com missa cantada e outros sufrágios, deixando-lhes 13.000 réis. Mas para que o cortejo fosse mais grandioso, incentivou todos os sacerdotes que quisessem acompanhar o seu corpo, desde que fossem «clérigos de missa» e surgissem paramentados, com uma esmola de uma pataca. Os que não tivessem esse estatuto, receberiam somente meia pataca. Todos os religiosos que no dia do seu falecimento ou no dia seguinte quisessem celebrar uma missa de corpo presente recebiam mais 12 vinténs. A promessa de diferentes pagamentos não deixaria indiferentes os diversos clérigos da localidade, por constituírem um meio de aumentar os seus rendimentos. Estas missas seriam celebradas no altar mor da igreja da Misericórdia da cidade, por ser privilegiado. A preferência por altares privilegiados foi em crescendo na Idade Moderna, devido ao medo que se tinha do Purgatório. Quem podia mandava celebrar as missas em altares que eram beneficiados, locais em que a crença acentuava a salvação da alma que neles era sufragada (FERRAZ, 2014: 335-348).

Os pobres que o acompanhassem à sepultura recebiam também uma esmola de dois vinténs cada.⁸ Acreditando que os pobres lhe podiam ser úteis, por estarem próximos de Deus e poderem implorar pela sua alma, a sua presença foi incentivada com esta dádiva (ARAÚJO, 2003: 18-20). Ordenou ainda que se celebrassem 200 missas pela sua alma nos seguintes altares: 20 no do Santíssimo Sacramento, igual número no das Almas e de Santo António e 30 no de São João Batista, ficando o local das restantes ao arbítrio do seu testamenteiro. Nesta invocação, o testador demonstrava a valorização que atribuía ao Santíssimo Sacramento e às almas do Purgatório, mas igualmente ao santo que considerava seu protetor. O estabelecimento de hierarquias era corrente e demonstrativo da propaganda efetuada pela Igreja Católica, mas também do posicionamento de cada um relativamente aos cultos religiosos.

Francisco Fernandes Gondim seguiu a mesma estratégia, o que era comum à época (ARAÚJO, 1997: 280-282), e pediu que os padres de Nossa Senhora do Carmo acompanhassem seu corpo, deixando-lhe 4 mil réis, a quem solicitou ainda que lhe celebrassem 100 missas pela sua alma e 20 pelas dos seus defuntos, ou seja, familiares, pagando-lhes o que era costume. A mesma menção foi deixada sobre o pagamento às confrarias do Santíssimo Sacramento, Fiéis de Deus, Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora do Rosário, o que nos impossibilita conhecer o montante.⁹ Comparativamente, o primeiro testador convocou mais confrarias para o seu funeral e desejou um enterro mais grandioso. Ambos coincidiram na seleção dos mais importantes cultos: Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora

⁸ ASCMB, Livro nº 41, f. 49v.

⁹ ASCMB, Livro nº 40, f. 133v.

do Rosário, e ainda os Fiéis de Deus. Prática enraizada, a oração do rosário era efetuada em ambiente familiar, mas também dentro dos templos ou ainda de forma isolada. Potenciava, por isso, práticas muito divulgadas pelos homens da Igreja Católica e a adoração da Virgem Maria. O culto da eucaristia era amplamente divulgado através das confrarias do Santíssimo Sacramento e originou várias práticas religiosas. As confrarias dos Fiéis de Deus devotavam a sua atenção aos fiéis defuntos e às almas dos seus membros, procurando contribuir para a sua salvação (PALOMO, 2006: 97-98).

O pedido de celebração de missas logo após a morte prende-se com a crença em dois julgamentos, sendo efetuado um após o passamento e o outro aquando do Juiz Final. As missas celebradas durante a agonia e após a morte ajudariam a alma a não ir para o Inferno (DURÃES, 2000: 442-449), local de onde nunca sairia.

O mercador em estudo deixou ainda a Nossa Senhora do Desterro, a Nossa Senhora da Piedade, a Nossa Senhora de Monserrate e a Nossa Senhora do Socorro quatro mil réis a cada uma. A Nossa Senhora de Guadalupe deixou seis mil réis, demonstrando preferência por este culto. As esmolas eram uma forma de beneficiar, mas também de hierarquizar devoções e preferências. Todos os que podiam não deixavam de o fazer. João da Costa beneficiou a confraria de Nossa Senhora do Desterro com 10 mil réis para adquirir um cálice para a sua igreja.¹⁰

5. A REPARTIÇÃO DA HERANÇA

Dividir e trespassar patrimónios e poderes é algo que sempre acontece nos testamentos. Também nos casos em análise, os dois emigrantes na colónia sul-americana fizeram uso da sua fortuna para dividir propriedades e outros bens e demonstrar amores e desamores por familiares e pessoas próximas.

Ambos os testadores eram casados, mas sem filhos. Sentado numa cadeira e bem-disposto, quando fez o seu testamento, João da Costa tomou uma decisão muito séria relativa à sua mulher, provavelmente casada em segundas núpcias. Esposou Violante Rodrigues, mãe de uma filha já casada e com quem ele não tinha as melhores relações. À sua esposa deixou os móveis de casa que lhe pertenciam, mandando, no entanto, fazer rol deles, pois «sendo caso que a dita minha molher se meta com sua filha e genro lhe não deixo nada, e a todo o tempo que com elles se meter lhe cera tirado e dada conta pelo rol a meu testamenteiro porque bem sabe a razão que tenho a isso».¹¹ Os motivos não foram invocados, mas conflitos entre as partes parecem evidentes e demonstrativos de uma decisão tão punitiva. Do comportamento da viúva, caso desagradasse à decisão do marido, resultava o acesso ou não à herança. Se lhe fosse retirada, seria encaminhada para a salvação da sua alma e a prática de obras pias. Passados dois anos, quando fez o codicilo, a sua enteada Isabel Simoa já tinha falecido, possibilitando-lhe deixar aos padres jesuítas da cidade uma horta que tinha herdado dela. Os

¹⁰ ASCMB, Livro nº 40, f. 49v.

¹¹ ASCMB, Livro nº 40, f. 50v.

codicilos eram normalmente aproveitados para deixar o que não tinham na altura da elaboração do testamento, mas sobretudo para fazer algumas correções ao mesmo. Pressões de última hora, estados mais debilitados e memórias avivadas sobre serviços prestados ajudam a entender mudanças de posições nas últimas vontades. Ora, foi neste último documento que João da Costa referiu um irmão que vivia também na Bahia, pedindo-lhe que mantivesse relações cordiais com a sua mulher, demonstrando afeto e preocupação com ela, num momento em que a filha desta já tinha falecido, e provavelmente vivia sozinha. Para este seu irmão deixou 60 mil réis, no codicilo.¹² Não deixa de ser interessante verificar que no testamento este irmão não tinha sido nomeado.

Os dois testadores recordam a família, os amigos e os pobres, deixando também legados à Misericórdia. Os documentos consultados provam ainda que ambos mantinham contactos com a família que deixaram no reino e acompanhavam os percursos de vida de pelo menos alguns dos seus membros. Recordam-nos nos sufrágios, mas também enquanto parte dos beneficiários da sua herança.

Francisco Fernandes Godim apresentou uma atitude diferente relativa à sua mulher. Ela ficaria com metade, no que entrava as casas do Carmo e no respeitante aos escravos, e ainda o que viesse da herança de Portugal, pois o testamento em análise reportava-se somente ao património brasileiro. Os testamenteiros ficaram encarregues de vender essa herança e de a repartir com a sua viúva, de maneira consensual e que não causasse escândalo público.¹³ Estas casas do Carmo deviam, por morte de sua mulher, transitar para o seu afilhado que vivia em sua casa e era órfão de pai e mãe, se enveredasse pelo clero, servindo para o seu património. Na eventualidade de se ordenar, a sua missa nova deveria ser celebrada pela alma do testador. Se enveredasse pelo clero regular, deixava-lhe 40 mil réis. Se a sua opção fosse contrária à vontade do testador, não herdava nada. Esta atitude é bem elucidativa dos desejos do testador, empenhado em direccionar a criação para o clero e não é de todo inédita. Alguns testamenteiros apontam iguais comportamentos e atitudes relativas aos que não cumprissem as suas vontades. Esta demonstração de força aponta para personalidades fortes e determinadas e, simultaneamente, controladoras dos destinos dos outros.

Mormente, não lhe pertencer, à Misericórdia deixou umas casas que tinha comprado a um homem chamado Sampaio, beneficiando, desta forma, uma instituição importante e forte no combate à pobreza e na assistência aos mais fracos.

A divisão dos pertences destes homens passou também pela repartição de roupa. A roupa assumia na Idade Moderna uma importância que não possui nos nossos dias. Cara e não acessível a todos, ela era relevante para cobrir o corpo, mas também para conferir dignidade. Por isso, ombreava com os restantes patrimónios na hora de repartir. Ambos os testadores ordenaram que toda a sua roupa fosse dada por amor de Deus a pobres honrados, embora estabelecessem algumas dádivas particulares.¹⁴ Mas João da Costa mudou de opinião no codicilo e

¹² ASCMB, Livro nº 41, f. 52.

¹³ ASCMB, Livro nº 40, f. 134.

¹⁴ ASCMB, Livro nº 41, f. 51.

mandou entregar algumas peças de roupa sua a um antigo criado, e outra a Simão Antunes.¹⁵ Francisco Fernandes Gondim mandou dar «ao Monteiro», homem que morava na sua casa, um vestido e três camisas das melhores, e uma das mais fracas a Cristóvão Luís. Duas camisas de menor qualidade e a lã sobrança que viesse do Perú destinavam-se a Francisco Baracho. A restante roupa ficava para Ana Violante, com exceção de um colchão, dois lençóis e um travesseiro que se deviam entregar a Jorge Rodrigues, bens prometidos para o casamento de uma filha.¹⁶ O burel que chegaria de Viana da Foz do Lima seria entregue aos pais de São Francisco para dar a pobres. Já as linhas que possuía e vários copos que chegariam de Angola deveriam ser entregues a Luís Monteiro. Repartida por conhecidos e pobres, a roupa cumpria de igual forma uma função muito relevante na estratégia da salvação (FERREIRA, 2020: 112-120). Tal como os outros bens, as peças que cobriam o corpo eram igualmente utilizadas para representação social, pelo que a indumentária assumia relevo na sociedade do Antigo Regime.

Os casos em apreço fazem sobressair as mulheres enquanto beneficiadoras de roupa, embora os benfeitores a façam também distribuir por homens. São também elas que lucram no momento de pensar na sua honra e no casamento. Os dois ponte-limianos escolhem as pobres e a Misericórdia para distribuir dotes, mas também raparigas suas conhecidas, para com as suas heranças possibilitar-lhes o estado de casadas. Ambos os testadores usaram parte da sua riqueza para promover o casamento de mulheres. João da Costa deixou o remanescente da sua metade aos mesários da Misericórdia da cidade para órfãs, sublinhando a necessidade de serem mulheres honradas. Também Francisco Fernandes Gondim recordou a necessidade que as mulheres tinham de ser dotadas. Uma mulher sem dote na Idade Moderna tinha o acesso ao matrimónio muito dificultado (CARBONI, 1999: 13-14). Assim, este último testador determinou que umas casas, compradas a um indivíduo chamado Sampaio, fossem entregues à filha de Brites Barbosa, destinadas ao dote de seu casamento. Na eventualidade de não contrair núpcias, transitavam para o dote de casamento da filha de Pedro Monteiro e se esta não casasse, revertiam para a Misericórdia da cidade. Para a sua sobrinha D. Violante deixou 80 mil réis para o seu dote de casamento. Com esta última doação, o testador procurava igualar o que já tinha feito às familiares de sua mulher, considerando que desta forma promovia uma repartição igualitária entre os dois ramos.¹⁷ Esta mesma atitude foi replicada por outros casais, demonstrando uma posição equitativa no que respeita aos familiares de ambos os ramos.

As preocupações masculinas com as mulheres têm sido demonstradas em diversos trabalhos sobre a Idade Moderna. Esta não é uma preocupação específica do sexo masculino, mas parece evidente que ela se manifesta mais nos homens do que nas mulheres, o que se pode explicar pela posição social ocupada pelos primeiros. Ela é ainda demonstrativa do poder masculino na sociedade e da forma como a mulher lhe era submissa. Habitados a assumir uma atitude de superioridade e, simultaneamente, paternalista relativa às mulheres, os homens

15 ASCMB, Livro nº 41, f. 52.

16 ASCMB, Livro nº 40, f. 134v.

17 ASCMB, Livro nº 41, f. 51.

entendiam ser sua obrigação contribuir para que não se perdessem e, sob a proteção do marido, alcançassem um lugar na sociedade condizente com o que delas se esperava. Com esta atitude, os homens mantinham também o *status quo*, ou seja, a submissão feminina ao poder masculino.

A análise do testamento de João Fernandes Gondim aponta ainda para as dívidas existentes e para problemas decorrentes dos negócios. A preocupação em deixar indicações seguras ao seu testamenteiro aponta para um homem racional e habituado ao rigor dos negócios. Guardava o rol das dívidas num bufete.

Assumia ainda o conflito que tinha em Justiça com Martim Carvalho por dívidas tal como com Bernardo Fernandes, o que somava mais de 30 mil réis. Com o primeiro devedor tinha já pleiteado duas vezes e ganho em duas sentenças, que orçavam o valor de mais de 40 mil réis, enquanto a ação movida contra Bernardo Fernandes orçava em 18 mil réis. Tinha ainda outra demanda com António Barreto «sobre hum poço de fumo podre». Uma outra questão seguia na Justiça contra Francisco Manuel Nunes, a quem devia uma quantia de dinheiro que rondaria os quatro ou cinco mil réis, despesa que seria paga com uma caixa de açúcar, que tinha na Praia, de 22 arrobas. Habituado a lidar com várias moedas, o testador menciona diversas, referindo patacas, vinténs, tostões e réis.

Mas também ele tinha dívidas e solicitou ao seu testamenteiro que as saldasse.

Tabela 1
Dívidas de Francisco Fernandes Gondim

Credores	Dívida (em réis)	Observações
Francisco Dias Vila Viçosa	2.500	Mercador de panos
Manuel Machado	2.000	«do resto de uma contas»
Bernardo Veloso	2.000 ou 3.000	«o que da sua verdade dicher»
Jacinto de Campos	1 pataca e uns óculos	
João Martins	1 hábito	
António Fernandes	12 vinténs	«de huma vara e meya de beyrame»
Manuel Guerra	«o que ele disser em sua verdade»	«humas canadas de vinho»
Filipe Gomes	1.700	Mestre de carvão
Mestre Manuel Maciel	«o que ele disser»	«do resto de contas»
João da Cruz	1 pataca	
João Lopes	4 ou 5 tostões	
Manuel Faria Nascimento	17.000	«do resto de huns contadores»
Maria Vineiros	5.200	

Fonte: ASCMB, *Livro 1º do Tombo. Escrituras, aforamentos e testamentos*, nº 40, 1629 a 1665, fls. 135-137.

Sobre alguns homens, com quem mantinha relações comerciais, o testador afirmava serem sinceros, nas suas palavras verdadeiros. Possuía documentos dos negócios que tinha em trânsito, facto importante para efetuar as cobranças e os pagamentos. O testador mencionava serem homens da sua confiança, que faziam parte da sua rede de contactos próximos e que se moviam em espaços de comércio (MANDRAGÓN; PEREYRA, 2022: 145-146). Estes circuitos de proximidade geravam teias de conhecimentos, de cumplicidades e de confiança, levando a que se colocassem nas suas mãos negócios de grande importância. Provavelmente, devido à sua idade, o testador não conseguiu mencionar quantitativos de várias dívidas, confiando nos homens a quem devia, o que demonstra grande proximidade e profundo conhecimento. A ordem deixada ao testamenteiro era para que acreditasse, fazendo fé nos credores, acreditando que não o enganariam. Embora dominasse os seus negócios, Francisco Fernandes Gondim já não se lembrasse com rigor de algumas dívidas.

No momento de fazer contas, recordou também ter em sua casa uma escrava negra que tinha uma ferida num pé. Pediu que fosse tratada pela Santa Casa da cidade e depois entregue a Maria Vineiros, a quem a tinha vendido com essa condição¹⁸. Como a Misericórdia herdava todo o remanescente da sua herança, o mercador entendia ser obrigação da confraria cuidar de uma das suas escravas, pois só assim se compreende este pedido, uma vez que enquanto dono dessa mulher tinha de pagar o seu tratamento. Comprador e vendedor de escravos, Francisco Fernandes Gondim era homem de palavra e desejava, como bom cristão, despedir-se da vida terrena com tranquilidade.

6. CONCLUSÕES

A análise dos testamentos dos ponte-limianos demonstra em primeiro lugar preocupações comuns aos homens da Idade Moderna, ou seja, ter uma boa-morte e alcançar a salvação da alma. Mas aponta para muitas outras linhas de análise, que se prendem com percursos de vida, ascensão social, redes profissionais e de confiança, mas igualmente contextos de invasão e guerra, divisão de patrimónios, família e pobreza.

Tendo como ponte de partida a emigração para o Brasil colónia e a construção de patrimónios, os testadores em análise demonstram muitas semelhanças na forma como se posicionaram na vida, pese embora as diferenças profissionais e o lastro de conhecimentos obtidos. Francisco Fernandes Gondim estabeleceu pontes com o reino, com Angola, o Rio da Prata e o Perú, disseminando negócios e contactos no Atlântico, galgando a fronteira marítima e construindo riqueza, experimentando níveis de contacto muito diversificados. A sua lista de devedores e os pormenores que vai deixando sobre os seus bens, são elucidativos das redes sociais e comerciais que alcançou. Já João da Costa, investindo na agricultura e na criação de gado, levou a sua vida na região da Bahia em torno da plantação e

¹⁸ ASCMB, Livro nº 40, f. 137.

venda de açúcar, o que lhe proporcionou conforto e bom viver, limitando os seus contactos sociais à região em que residia.

Num período de grande penúria do reino, estes dois homens protagonizaram um caminho de ascensão social no novo mundo, demonstrando no final da vida estar plenamente enraizados na terra que os acolheu, pese embora as lembranças que mantinham da família que permaneceu na terra natal, cumprindo as expectativas que os levaram a atravessar o Atlântico. A riqueza que foram construindo possibilitou-lhes viver rodeados de alguns luxos, serem considerados e ascenderem socialmente e, na hora da morte, repartir os seus bens por familiares, conhecidos e pobres, o que materializava a o seu poder e o sentido ascensional das suas vidas.

7. REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Bahia (ASCMB)

Livro 2º do Tombo, nº 41, 1652 a 1685.

Livro 1º do Tombo. Escrituras, aforamentos e testamentos, nº 40, 1629 a 1665.

Bibliografia

ÁLVAREZ SANTOS, J. L. (2019): *Identidad insular y espácio atlántico. Portugal y Tenerife en tiempos de la Unión Ibérica*, Ed. Cátedra, Madrid.

ÁLVAREZ SANTOS, J. L. (2012): «El apogeo de las relaciones canario-brasileñas en el período filipino», en F. MORALES PADRÓN (coord.), *XIX Coloquio de Historia Canario-Americana (2010)*, Cabildo de Gran Canaria, Las Palmas de Gran Canaria: 1063-1080.

ALVES, J. F. (2001): «Terra de Esperanças - O Brasil na emigração portuguesa. Portugal e Brasil», en *Encontros, desencontros, reencontros*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais: 113-128.

ALVES, J. F. (1993): «Os Brasileiros». *Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Universidade do Porto, Porto.

MONDRAGÓN, S. A. y PEREYRA, V. O. (2022): «Redes de confiança, vicinidade y comercio en el imperio español, criollos, españoles y estrangeiros en el Río de la Plata, siglo XVIII», *Ler História*, 81: 143-163. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.11128>

ARAÚJO, A. C. (1997): *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830*, Editorial Notícias, Lisboa.

ARAÚJO, M. M. L. (2022): «Entre as delícias do mundo e as culpas passadas: o capitão-mor Alexandre Rebelo de Sepúlveda no Maranhão do século XVIII, na hora da morte», en M. M. L. ARAÚJO; A. RUGGIERO; V. L. M. BARROSO; B. P. JAQUES (orgs.), *Movimentos migratórios e percursos de vida entre Portugal e*

- Brasil (séculos xvii-xx)*, Editora Fi, Porto Alegre, Brasil: 76-111. <https://doi.org/10.22350/9786559175994>
- ARAÚJO, M. M. L. (2003): *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos xvii-xix)*, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Braga.
- ARAÚJO, M. T. M. S. A. (2022): *A família, a memória e os afetos: os Alves de Requião (séculos xvii-xx)*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão.
- BOSCHI, C. (1998): «As missões no Brasil», en F. BETHENCOURT; K. CHAUDHURI (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 2, Círculo de Leitores, Lisboa: 388-402.
- CARBONI, M. (1999): *Le doti della «poverta». Famiglia, risparmio, previdenza: il Monte del matrimonio di Bologna (1583-1796)*, Il Molino, Bologna.
- CARDOSO, D. A. (2022): «Os números da emigração de Vitorino Magalhães Godinho: revisão historiográfica com o caso do Brasil na época moderna», en APHES, *Working Papers in Economic and Social History*, 2: 1-27. https://doi.org/10.55462/wpaphes_a_502
- CARDOSO, D. A. (2021): «Ocupações da população do Brasil no século xvii: uma tentativa de standardização». *Revista de História (São Paulo)*, 180: 1-38. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.178328>
- DURÃES, M. (2000): *Herança e Sucessão Leis, Práticas e Costumes no termo de Braga (Séculos xviii-xix)*, vol. II, Tese de Doutoramento em História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- FERNANDES, P. S. C. (2016): *O Hospital e a Botica da Misericórdia de Penafiel 1600-1850*, Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, Penafiel.
- FERNÁNDEZ CHAVES, M. F. (2022): «Tratantes de escravos portugueses e importadores de açúcar de Brasil y el Caribe en Sevilla y Cadiz, 1590-1600», en J. J. IGLESIAS RODRÍGUEZ, J. J. GARCÍA BERNAL, I. M. MELERO MUÑOZ (coords.), *Ciudades y puertos de Andalucía en el Atlántico global, siglos xvi-xviii*, Universidad de Sevilla, Sevilla: 105-139.
- FERRAZ, T. (2016): «Vestidos para a sepultura: a escolha da mortalha fúnebre na Braga setecentista», *Revista Tempo*, 22 (39): 110-125. <https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v223903>
- FERRAZ, T. (2014): *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista*, Tese de doutoramento em História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- FERREIRA, L. G. (2020): *Vestidos de caridade. Assistência, pobreza e indumentária na Idade Moderna. O caso da Misericórdia de Braga*, Húmus, Vila Nova de Famalicão.
- GANDELMAN, L. M. (2005): *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto-século xviii)*, Tese de doutoramento em História, Universidade Federal de Campinas, Campinas.
- GODINHO, V. M. (1978): «L'émigration Portugaise (xve-xxe siècles) une constante structurale et les réponses aux changements du monde», *Revista de História Económica e Social*, 1: 5-32.
- GONZÁLEZ LOPO, D. L. (1989): «La mortaja religiosa en Santiago entre los siglos xvi y xix», *Compostellanum: revista de la Archidiócesis de Santiago de Compostela*, 34

(3-4): 271-295.

- KRAUSE, T. (2015): *A Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista*, Tese de doutoramento em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARQUES, B. M. B. (2018): *Seruir no Santo Ofício: os Lourenço Ferreira e a sua ascensão social na Bahia dos séculos XVII e XVIII*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Minho, Braga.
- MARQUES, G. (2016): «Por ser cabeça do Estado do Brasil. As representações da cidade da Bahia no século XVII», em E. S. SOUZA, G. MARQUES, H. R. SILVA (orgs.), *Salvador da Bahia. Retratos de uma cidade atlântica*, EDUFBA-CHAM, Salvador-Lisboa: 17-46.
- MARQUES, G. (2011): «As ressonâncias da Restauração da Baía (1625) e a inserção da América Portuguesa na União Ibérica», em S. MARTÍNEZ HERNÁNDEZ (dir.), *Governo, Política e Representações do Poder no Portugal Habsburgo e nos seus Territórios Ultramarinos (1581-1640)*, CHAM, Lisboa: 121-146.
- OLIVEIRA, A. (2015): *Capítulos de História de Portugal*, vols. II e III, Palimage Editores, Viseu.
- PALOMO, F. (2006): *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Livros Horizonte, Lisboa.
- PUNTONI, P. (2004): «As guerras no Atlântico Sul: a ofensiva holandesa (1624-1641)», em M. T. BARATA; N. S. TEIXEIRA (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, Círculo de Leitores, Lisboa: 255-267.
- RODRIGUES, H. (2007): «Emigração do Alto Minho e a saudade nas escritas familiares de oitocentos», *CEM*, 8: 373-389.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. (1998): «Ritmos e destinos de emigração», em F. BETHENCOURT; K. CHAUDHURI (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 2, Círculo de Leitores, Lisboa: 114-125.
- SAMPAIO, A. C. J. (2006): «Comércio e riquezas: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português», em A. C. J. SAMPAIO, J. FRAGOSO, M. FLORENTINO, A. P. CAMPOS (orgs.), *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, ICT/EDUFES, Lisboa, Vitória: 73-96.
- SANTOS, M. C. I. (2020): *Família, trajetórias e Inquisição: mobilidade social na Amazônia colonial (c. 1672-c.1805)*, Tese de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SCHWARTZ, S. (1998): «A «Babilónia» colonial: a economia açucareira», em F. BETHENCOURT; K. CHAUDHURI (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 2, Círculo de Leitores, Lisboa: 213-231.
- SCHWARTZ, S. (1979): *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema Corte da Bahia e seus Juizes (1609-1751)*, Editora Perspectiva, São Paulo.
- SCOTT, A. S. V. (2012): *Os portugueses*, Contexto, São Paulo.
- SERRÃO, J. (1982): *A emigração Portuguesa: sondagem histórica*, 4ª ed. Livros Horizonte, Lisboa.
- SILVA, R. (2013): «Atravessar o Atlântico: alcançar o sucesso ou perpetuar as dificuldades?», em M. M. L. ARAÚJO; ESTEVES, A. P. L.; COELHO, J. A. FRANCO, R. (coords.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*,

- CITCEM, Fundação Getúlio Vargas, Braga: 141-152.
- SULLÓN BARRETO, G. (2023): «Herederos en la tierra de origen de los portugueses integrados en Lima, 1580-1680», *Historia Regional. Sección Historia*. ISP, 3: 1-18.
- TILLY, C. (2004): «Trust and Rule», *Theory and Society*, 33 (1): 1-30.
- VOVELLE, M. (1993): *As Almas do Purgatório ou o trabalho do luto*, Editora UNESP, São Paulo.
- WOLF, E. (2001): *Figurar el poder: ideologías de dominación y crisis*, Editora Ciesas, México.